

**COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL E DO DESEMPENHO DE ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS NA AMAZÔNIA PARAENSE<sup>1</sup>**

*Márcia Luana Moreira de Souza*

Socióloga, Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/UFPA. Técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – SEDECT/PA. [luana@ufpa.br](mailto:luana@ufpa.br)

*Mário Vasconcellos Sobrinho*

Economista, Phd em Estudos do Desenvolvimento. Professor da graduação e do mestrado em Administração da UNAMA e do mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia do NUMA/UFPA. Email: [mariovasc@unama.br](mailto:mariovasc@unama.br); [mariovasc@ufpa.br](mailto:mariovasc@ufpa.br)

**RESUMO:** O artigo discute o cooperativismo sob a ótica da economia solidária. Precisamente, o artigo examina os fatores que influenciam no desempenho de cooperativas de produção. Busca-se entender em que medida a capacidade de interação das cooperativas com o ambiente político-institucional influencia no desempenho de cooperativas de pequenos produtores rurais em nível local. O arcabouço teórico envolve, além dos conceitos de cooperativismo e economia solidária, as teorias de parceria e desenvolvimento local sustentável. A metodologia da pesquisa que resultou o artigo está fundamentada no estudo de dois casos de cooperativas localizadas na Amazônia Paraense. Os resultados demonstram que a capacidade de articulação político-institucional com diferentes atores regionais, nacionais e internacionais é fundamental para o bom desempenho de cooperativas de pequenos produtores rurais. A ausência de articulação, por sua vez, infere em situações de estagnação e/ou retrocesso dos empreendimentos.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária. Cooperativas. Desenvolvimento Local Sustentável. Ambiente Político e Institucional.

### **Introdução**

Areestruturação produtiva introduzida a partir da década de 80 trouxe profundas transformações nas organizações produtivas e nas relações de trabalho, refletindo tanto nas formas de produção, organização e gestão empresarial, quanto na natureza do Estado e sua regulação socioinstitucional (LLORENS, 2001). Contudo, os benefícios advindos dos avanços tecnológicos e do processo de globalização iniciados naquela década não resultaram em equidade de condições para os atores envolvidos. Os efeitos contraditórios do processo ainda hoje se apresentam sob a forma de graves conseqüências sociais que repercutem no mundo do trabalho, dentre os quais está o crescente problema do desemprego.

Derivados da reestruturação produtiva, as exigências competitivas para inclusão no mercado de

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, Belém/PA.

trabalho se fundamentam, principalmente, em tecnologia, conhecimento e informação (BUARQUE, 2002). Restringem-se os postos de trabalho para indivíduos que não se enquadram aos padrões de qualificação exigidos no novo contexto econômico. Diante dessa situação, despontam projetos e iniciativas de desenvolvimento fundadas em bases divergentes da racionalidade que caracteriza a economia capitalista.

Os empreendimentos de economia solidária se destacam nesse contexto. Fundamentados na prática da cooperação e da autogestão representam uma forma de organização e inserção produtiva de contraposição ao sistema econômico dominante. Tem o objetivo de alcançar condições de sustentabilidade e inclusão social para grupos e comunidades a partir de um projeto coletivo (SINGER, 2002).

As cooperativas de produtores se apresentam como exemplo de empreendimentos de Economia Solidária se configurando como uma perspectiva de trabalho e ocupabilidade para inúmeros indivíduos na Amazônia, no Brasil e em outros países do mundo. Além da importância que esses empreendimentos significam no que se refere à geração de trabalho e renda, se configuram, também, como espaços de promoção de valores culturais, estímulo à inovação, à criatividade, ao respeito mútuo e ao legítimo exercício da participação (SCHNEIDER, 2004).

Assim, as cooperativas enquanto organizações empreendedoras capitaneadas por atores locais, vêm se consolidando como importantes iniciativas de desenvolvimento local. De fato, a literatura (ESMAN e UPHOFF, 1984; KRISHNA *et al*, 1997; UPHOFF *et al*, 1998; RIGO, 2009, dentre outros) tem demonstrado que o cooperativismo tem representado uma via de contribuição para o desenvolvimento local porque ao mesmo tempo em que traz benefícios para a região, traz também benefícios para os indivíduos que integram as organizações (ESMAN e UPHOFF, 1984; UPHOFF *et al*, 1998; KRISHNA *et al*, 1997), isto porque promove a melhoria de renda e das condições sociais dos indivíduos nele envolvido.

Existem vários fatores que influenciam nos resultados obtidos pelos empreendimentos cooperativos. Dentre estes estão os fatores políticos, organizacionais, de gestão e de relação de parceria com outros entes. Diante dessas evidências, a pesquisa de onde derivou este artigo objetivou entender em que medida a capacidade de interação com o ambiente político-institucional influencia no desempenho

de cooperativas de pequenos produtores rurais em nível local. Face ao largo escopo que envolve a análise de tais fatores, este artigo se concentra em apenas dois desses fatores, quais sejam: político-institucional e parceria. Assim sendo, a questão central que norteou o artigo foi: *em que medida os fatores político-institucionais e as parcerias influenciam no desempenho positivo de empreendimentos caracterizados como cooperativa de pequenos produtores rurais no contexto do desenvolvimento local sustentável?*

Os procedimentos metodológicos utilizados na coleta, análise e interpretação dos dados estão fundamentados na metodologia qualitativa de análise com utilização de Estudo de Caso múltiplo. Constituem-se como objetos deste estudo dois empreendimentos de economia solidária caracterizados como cooperativas de pequenos produtores rurais na Amazônia Paraense. Com o intuito de preservar a identificação das organizações, o artigo utilizou a denominação de Alfa e Beta para as cooperativas examinadas. A cooperativa Alfa está situada no município de Marituba, mesorregião metropolitana de Belém (PA). A atividade produtiva inclui o cultivo de plantas ornamentais, cultivo de alface hidropônica, hortaliças e ervas medicinais. A cooperativa Beta, por sua vez, se localiza no município de Moju (PA), distante 110 km de Belém. Sua atividade produtiva inclui o beneficiamento de fibra de coco e processamento de frutas. Para a coleta de dados foram utilizadas como procedimentos a observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Com a preocupação de captar na íntegra os relatos fornecidos pelos cooperados, as falas foram registradas através de gravações, estas sempre autorizadas pelos entrevistados.

O artigo está estruturado em apenas duas sessões, além desta introdução e da conclusão. A primeira sessão apresenta os fundamentos da discussão sobre desenvolvimento local sustentável, cooperativas, cooperativismo e parceria. Procura-se expor os principais subsídios teóricos que embasam a premissa de que a parceria é um instrumento de gestão do desenvolvimento que contribui para o avanço dos empreendimentos cooperativos. A segunda sessão entra no campo empírico e evidencia como se dá a relação das organizações investigadas com o contexto político e institucional local. Em seguida são expostas as conclusões do artigo.

### **Desenvolvimento Local Sustentável, Cooperativismo e Parceria**

Desenvolvimento Local Sustentável pode ser entendido como um processo endógeno de mudança capaz de levar dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida à população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2002; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009). É sustentável por mobilizar e explorar potencialidades específicas, contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade competitiva de economias locais (BUARQUE, 2002) ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais que são a base das potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009).

No entanto, o desenvolvimento local sustentável é um conceito condicionado. Tal condicionalidade está vinculada ao poder de mobilização e articulação dos atores sociais e da capacidade apresentada pelos mesmos em pensar o local de forma integrada. Entende-se que é a integração que permite que os recursos locais sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas específicas (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2007). Três são as perspectivas de transformação dos recursos locais em vantagens competitivas específicas: a primeira, aqui denominada de perspectiva endógena, é a que estimula a valorização dos recursos próprios. A segunda, entendida como perspectiva integrada, é a que busca a coesão entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais. E a terceira, cujo foco é a sustentabilidade, busca agregar preocupações com a conservação dos recursos locais e manter endógenos os vetores de crescimento (Ibid).

A diversidade e complexidade pertinentes aos contextos locais demandam respostas particulares em termos de políticas públicas e projetos e iniciativas de desenvolvimento local. Assim, o grau de organização dos atores sociais e a capacidade de mobilização e intervenção político-social das comunidades são fatores fundamentais para o êxito de iniciativas locais (UPHOFF *et al*, 1998).

De fato, os empreendimentos de economia solidária têm sido caracterizados como uma via para desenvolvimento de projetos locais (ESMAN e UPHOFF, 1984; UPHOFF *et al*, 1998; SINGER, 2003). São empreendimentos autogestionários baseados na prática da cooperação. A forma clássica dessa espécie de empreendimento é a cooperativa. Os empreendimentos cooperativos vêm se consolidando

como importantes iniciativas de desenvolvimento local (ESMAN e UPHOFF, 1984; UPHOFF *et al*, 1998; RIGO, 2009). Os estudos sobre as experiências de cooperativas na África (UPHOFF *et al*, 1998), Ásia, Oriente Médio (KRISHNA *et al*, 1997) e América Latina (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009; RIGO, 2009) mostram que o cooperativismo é uma via de contribuição para o desenvolvimento local, porque ao mesmo tempo em que traz benefícios para a região, traz também benefícios para os indivíduos que integram as organizações. Essas experiências demonstram significativas mudanças no padrão de renda e das condições sociais das coletividades envolvidas em cooperativas (KRISHNA *et al*, 1997; UPHOFF *et al*, 1998).

Vale ressaltar que, na dimensão conceitual, as iniciativas de desenvolvimento local e as propostas de desenvolvimento através dos empreendimentos cooperativos incorporam espaços específicos de atuação. O desenvolvimento local limita sua atuação para uma região específica (BAVA, 1996) e a cooperativa, como instituição que está a serviço de seus cooperados (SCHULZE, 1987), também tem sua atuação direcionada localmente.

Na dimensão socioeconômica, o desenvolvimento local sustentável permite a transformação das condições de vida dos habitantes de um local pela capacidade de mobilização e participação dos atores locais em planos e iniciativas de desenvolvimento. Nesse sentido, a sinergia entre cooperativismo e desenvolvimento local perpassa pela capacidade dos indivíduos estabelecerem parcerias. Parceria tem muitos significados (MCQUAID, 2000) dentre os quais a aceção de democracia e poder pessoal, pois cada membro envolvido na relação de parceria desempenha um papel importante (FARIA *et al.*, 2004; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009).

Dessa forma, qualquer região ou local que deseje implementar propostas promissoras de desenvolvimento como os empreendimentos cooperativos, precisa fortalecer a capacidade política a fim de alcançar autonomia para gerir os recursos existentes da maneira que julgar conveniente. O fortalecimento dessa capacidade implica em negociações com diferentes esferas da sociedade civil, com vistas a substituir relações de dependência e/ou subordinação, por relações com base na autonomia e cooperação (COSTA; CUNHA, 2002).

Nesse contexto, a consolidação de parcerias entre instituições governamentais e entidades civis, organizações não governamentais, igrejas, universidades, institutos de pesquisa, centrais sindicais, dentre outras, resultará na ampliação dos espaços de interação entre o Estado e a sociedade civil organizada (KAPRON; FIALHO, 2003). Esse cenário caracteriza a dimensão político- institucional necessária ao avanço e fortalecimento das sociedades cooperativas.

Entende-se que a consolidação de parcerias é condição primordial como estratégia de integração das cooperativas no que diz respeito à participação em redes de colaboração para atendimento de demandas específicas (SINGER, 2003; MANCE, 2009). Através das redes, as cooperativas mantêm-se em permanente conexão com organizações de consumo, comércio, produção, serviços e informação. As cooperativas beneficiam-se através da difusão do consumo, da produção em padrões viáveis ecológica e economicamente, de informações que melhorem as tecnologias utilizadas no processo produtivo, diminuição de custos de matérias-primas pela realização de compras conjuntas, dentre outros, e possibilita também o surgimento de uma nova esfera de contrato social (MANCE, 2009).

Para Mance (2009), trata-se de uma nova consciência que não emerge nas esferas do mercado ou do Estado e sim de um consenso que tem sido construído no interior das redes em que pessoas e organizações diversas colaboram ativamente entre si para a consecução de um objetivo.

Observa-se que a horizontalidade presente nas relações que caracterizam as redes de colaboração através da parceria, potencializa a confiança e a reciprocidade entre os participantes. Assim sendo, o nível de confiança adquirido no âmbito das relações entre as cooperativas e o ambiente político-institucional compartilhado representa um elemento de fortalecimento do capital social.

Nesse contexto, capital social diz respeito às características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas (PUTNAM, 2000). Assim sendo, a sinergia entre as entidades cooperativas e o ambiente político institucional, com o qual interagem, viabiliza acordos e articulações de ajuste mútuo para resolução de problemas comuns, com base na solidariedade e confiança (EVANS, 1997; COSTA; CUNHA, 2002).

Por outro lado, o fortalecimento do capital social e a consolidação das parcerias político-

institucionais, são fatores que contribuem para incentivar a participação das instituições cooperativas na definição de políticas públicas de desenvolvimento local. Desse modo, as demandas são identificadas coletivamente através de consenso, com vistas a resolver problemas comuns. Essa perspectiva possibilita a eficácia de propostas e iniciativas de desenvolvimento. “A eficácia é alcançada por meio de um conhecimento mais acurado das demandas dos diferentes grupos sociais e da percepção destes quanto aos melhores meios para satisfazê-las” (COSTA; CUNHA, 2002:7).

Entende-se que a participação ativa dos grupos sociais na formulação das políticas públicas aumenta as possibilidades de implementação de propostas coletivas de desenvolvimento. Quanto maior for o controle social acerca da criação e execução das políticas públicas, e quanto maior seus campos de atuação e seus resultados, mais forte será seu caráter público. A definição de critérios de acesso a essas políticas que priorizem a ampla participação dos sujeitos ou o envolvimento deles na execução das mesmas é uma forma de ampliação do controle das políticas públicas para além da esfera do Estado (KAPRON; FIALHO, 2003).

Assim, a noção de público se amplia nas organizações que se pautam pela autogestão (KAPRON e FIALHO, 2003). Isto porque as relações sociais e econômicas que as caracterizam, expandem o espaço público também para as relações de produção qualificando-o como um espaço de interação, discussão e tomada de decisões. É importante observar que o espaço de atuação dos empreendimentos cooperativos vai além dos seus limites geográficos, expande-se para um espaço de relações e interações cujos resultados possibilitam uma reorganização do tecido social, “recriando comunidades” (SCHNEIDER, 2004). Pode ser entendido como um processo simultâneo de emancipação política e econômica inserido em uma dimensão social mais ampla, a do desenvolvimento local sustentável, da qual toda a sociedade é responsável.

Nessa dimensão, a consolidação de parcerias entre as organizações cooperativas e as demais entidades que compõem a sociedade civil organizada e que dão densidade ao tecido político e institucional territorial, representam um fator absolutamente relevante no contexto de fortalecimento e atuação das entidades cooperativas.

### **As Organizações Cooperativas e a Interação com o Ambiente Político-Institucional: análise das cooperativas Alfa e Beta**

Especialmente as cooperativas configuram espaços de interação e consolidação de parcerias entre um grupo restrito. A possibilidade de se tornarem empreendimentos sustentáveis que garantam a sobrevivência de seus associados e contribuam para o desenvolvimento local está intrinsecamente relacionada à capacidade de estabelecerem articulações e parcerias (FARIA *et al.*, 2004). As articulações e parcerias permitem ampliar o espaço de atuação para além dos limites territoriais, fortalecendo o capital social e consolidando as reivindicações de melhorias sociais, comerciais, estruturais, tecnológicas dentre outras (KAPRON; FIALHO, 2003).

A literatura sobre o tema dá ênfase às redes de colaboração como um importante instrumento de articulação e consolidação de parcerias no contexto do desenvolvimento da economia solidária e do cooperativismo moderno. No interior das redes, diferentes pessoas e organizações interagem ativamente entre si para atingir um objetivo (MANCE, 2009).

Em um contexto sociológico, entende-se que as relações políticas são intrínsecas aos ambientes nos quais se desenvolvem relações sociais, e por essa ótica, as organizações Alfa e Beta analisadas neste estudo, certamente representam um ambiente propício ao desenvolvimento dessas relações.

A partir da compreensão em um âmbito global da relação política como intrínseca ao ambiente das organizações, buscou-se averiguar neste estudo, a relação política restrita à vinculação político partidária das organizações em análise.

Sendo assim, a pesquisa buscou identificar se havia vinculação entre as cooperativas e partidos políticos locais. Na cooperativa Alfa, do total de dezoito cooperados entrevistados, seis são vinculados a partidos políticos e os demais não apresentam nenhuma vinculação. A pesquisa não relacionou a opção dos cooperados a qualquer orientação político-partidária declarada pela entidade como um todo. Entretanto, observou-se que a obtenção de apoio do governo do Estado está vinculada a aproximação política de um determinado dirigente aos órgãos do Estado. Esta observação vincula-se a descrição do presidente sobre a longa trajetória da cooperativa para ser agraciada com apoio do governo do Estado, especificamente

com o recebimento de um caminhão. A desenvoltura apresentada pelo dirigente em relação a estratégias políticas utilizadas para conseguir reuniões com deputados vereadores e representante da Secretaria Estadual de Agricultura indica que o trunfo nas negociações depende da aproximação do dirigente com atores políticos que tenham poder de decisão.

Na cooperativa Beta, por sua vez, não foi identificada nenhuma vinculação político-partidária dos participantes e tampouco alguma forma de articulação política entre a entidade e instituições político-partidárias. As dificuldades infra-estruturais pelas quais passa a cooperativa Beta estão, de certa forma, vinculadas a inexistência de uma articulação com atores sociais locais que tenham capacidade de apoiar a organização.

A cooperativa Alfa apesar de manter relevantes parcerias com instituições governamentais, não apresentou até o momento em que foi realizada a pesquisa, vinculação com universidades e institutos de pesquisa. Esse fato pode ser entendido como um elemento de entrave aos avanços nas perspectivas de crescimento ao considerar-se o entendimento de Kapron e Fialho (2003) que enxergam nas parcerias com instituições governamentais, entidades civis, organizações não governamentais, igrejas, universidades, centrais sindicais, dentre outras, elementos essenciais para promover a capacitação dos cooperados e trazer possibilidades inovadoras em termos de produção e processos de gestão.

Nesse aspecto, a cooperativa Beta apresenta vinculação com a Universidade Federal do Pará (UFPA) através do Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA). Essa é a única parceria mantida pela cooperativa Beta atualmente. Na visão de Kapron e Fialho (2003) a ausência de relações de parcerias é entendida como um entrave às perspectivas de avanço. Porém, houve um período em que a situação da cooperativa, no aspecto das parcerias, diferenciava-se de hoje.

Resgatando-se o contexto de surgimento da cooperativa Beta, identificou-se que foi o Programa POEMA que induziu à criação da cooperativa. Este programa trouxe como parceiros o Banco Mundial, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo Estadual e Municipal. No âmbito da cooperativa Beta, a pesquisa averiguou que estas parcerias eram representadas por instituições como Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Prefeitura

Municipal de Moju. No entanto, após o prazo de duração do Programa, a cooperativa não conseguiu manter condições de sustentabilidade e não se efetivou como uma organização produtiva capaz de alavancar uma proposta de desenvolvimento casada com os objetivos do projeto que estimulou sua criação, ocorrendo, assim, à desestruturação da entidade. Infere-se que essa situação na cooperativa Beta relaciona-se diretamente à questão do papel das instituições externas na implantação de organizações cooperativas. Benecke (1980) afirma que o Estado (no caso da cooperativa Beta foi um programa do Governo Federal) tem grande importância na implementação das organizações cooperativas, porém ressalta que seu papel não é de execução e sim o de viabilizar condições de sobrevivência dessas organizações.

A motivação para a criação deve originar-se dos atores sociais locais que a partir de suas necessidades, definem as prioridades. Certamente esta é uma variável determinante para os resultados que se pretende alcançar através da implantação de organizações do tipo cooperativas. Quando a implantação ocorre a partir de incentivos do Estado, desconectada das necessidades dos associados, representa um forte fator de insucesso ao empreendimento cooperativo (ALBUQUERQUE; BARRETO; CIRINO, 1998).

Na tentativa de uma reestruturação, a Prefeitura Municipal, com o apoio de instituições como EMATER, POEMA e SEBRAE, coordenou um segundo momento nas atividades produtivas da entidade, que mais uma vez não se sustentou em decorrência da forte dependência institucional para a viabilidade das atividades. É nesse contexto que, atualmente, apenas o POEMA mantém parceria com a cooperativa Beta.

Ressalta-se que a relação apresentada pela cooperativa Beta com o POEMA, tem apresentado uma dependência por parte da entidade cooperativa do apoio da instituição. No contexto deste estudo, de acordo com Faria *et al.* (2004), entende-se parceria como um sinônimo de democracia e poder pessoal, pois cada sujeito desempenha importante papel na relação estabelecida, ou seja, deve haver comprometimento e protagonismo em todos os participantes, caracterizando-se como um comportamento mútuo. Não foi possível identificar mutualidade na relação estabelecida entre a cooperativa Beta e o POEMA, dado o grau de dependência apresentado pela cooperativa diante do Programa. Assim sendo, no contexto em análise, representa uma relação descaracterizada de elementos que a possam classificar como uma

relação de interação e parceria segundo a visão de Faria *et al* (2004).

A cooperativa Beta, atualmente, não mantém relações com nenhuma instituição do governo do Estado do Pará. Isto representa um entrave significativo para o avanço e consolidação do empreendimento cooperativo, uma vez que o governo do Estado refere em sua política, o apoio a entidades que tenham como pressuposto o desenvolvimento local sustentável. De fato, a interação entre as cooperativas e o ambiente político-institucional tem sido considerado imprescindível para estabelecer articulações e acordos mútuos com vistas a atender objetivos comuns entre o Estado e as coletividades rurais (COSTA; CUNHA, 2002).

Observando o contexto de surgimento da cooperativa Beta e a situação que esta apresentava no momento da pesquisa de campo, no que se refere à interação com órgãos governamentais, infere-se que houve um retrocesso em sua rede de relações, particularmente, quando comparado o contexto de surgimento da cooperativa com a sua situação atual. Na época de constituição, a cooperativa mantinha relações de parceria com instituições governamentais como EMATER, SEBRAE, POEMA e EMBRAPA. Na atualidade, a única organização parceira é o POEMA que, entretanto, é limitada a elaboração de projetos para obtenção de financiamento e, eventualmente, a identificação de interessados nos produtos da cooperativa. Se não há sinergia entre as organizações cooperativas e as organizações governamentais, exclui-se a participação do grupo organizado na formulação e definição de políticas públicas que atendam interesses específicos. Um empreendimento cooperativo não pode manter-se isolado. Seu espaço de atuação ultrapassa os limites geográficos, incorporando o espaço de relações e interações cujo resultado de acordo com Schneider (2004) possibilita “recriar comunidades”.

A cooperativa Alfa, por sua vez, apresenta uma expressiva interação com instituições governamentais. Destaca-se como um fator positivo na visão de Evans (1997) e Kapron e Fialho (2003) os quais entendem como uma parceria que viabiliza a ampliação dos espaços de interação entre o Estado e os grupos sociais organizados. Dentre as instituições parceiras da cooperativa Alfa, foram apontadas a EMATER, SAGRI, SEMA, SEBRAE, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Prefeitura Municipal de Marituba.

A EMATER está presente na fala da maioria dos cooperados da cooperativa Alfa. Percebe-se que a importância atribuída à relação com essa entidade relaciona-se de maneira predominante ao fato desta ser responsável pela elaboração de todas as propostas de captação de recursos financeiros para os projetos desenvolvidos pela entidade. Os estudos de Tauile (2002) e Gimenes e Gimenes (2008) ressaltam a importância do acesso a recursos para operacionalização das atividades de expansão dos empreendimentos. Neste caso, a aproximação com a EMATER assegura a elaboração de propostas consistentes para captação de recursos financeiros para a entidade, uma vez que os participantes não apresentam qualificação para elaboração das mesmas.

A situação enfrentada pela cooperativa Alfa, comumente enfrentada pelos demais empreendimentos cooperativos, relativa às dificuldades de capitalização, conforme a constatação de Tauile (2002) e Gimenes e Gimenes (2008), faz ver que o empreendimento cooperativo desprovido de capital suficiente para empreender, e, no caso da cooperativa Alfa, com diferentes segmentos produtivos, apresenta sistematicamente a necessidade de captação de recursos financeiros para viabilizar as atividades. E nesse caso, a EMATER é um parceiro fundamental.

Em 2008, a EMATER elaborou um projeto para captação de recursos não reembolsáveis, oriundos dos “programas de transferências voluntárias” do MAPA, o qual foi aprovado. Estes recursos proporcionaram melhorias físicas à sede da cooperativa e fomentaram a introdução da cultura de plantas medicinais. A necessidade de assistência técnica sistemática aos produtores da cooperativa Alfa, em seus diferentes grupos ou segmentos produtivos reflete-se no reconhecimento por parte dos cooperados da EMATER, como uma parceria de grande relevância.

O SEBRAE acompanhou o grupo de plantas ornamentais por quatro anos. Esse órgão elaborou e apoiou um projeto voltado especificamente para a floricultura no Estado do Pará. O projeto foi finalizado, porém o grupo de plantas esporadicamente continua recebendo apoio através da oferta de cursos de qualificação em diversas áreas (ex. agronegócios, gestão, organização social) e da participação dos produtores em feiras e eventos, tanto no Estado do Pará quanto em outros Estados que promovem eventos ligados à floricultura.

O apoio do SEBRAE é visto de forma positiva pela maioria dos cooperados, entretanto, apesar da maioria dos cooperados enxergar como uma parceria positiva, o cooperado que introduziu a cultura de ervas medicinais na cooperativa, única cultura que o mesmo apresenta interesse em produzir, sentiu-se prejudicado pelo SEBRAE, fato que abalou a credibilidade desse cooperado em relação à atuação da instituição. Segundo o relato do cooperado, ele foi incentivado pela técnica do SEBRAE, que acompanhava a cooperativa à produzir em grande quantidade as ervas medicinais e que ela o “colocaria no mercado”. Em seu depoimento o cooperado relata:

[...] aí comecei a investir, comecei comprando, quer *dizê*, eu só poderia investir no meu trabalho se eu tivesse onde *colocá* prá mim...mercado, e ela me oferece o mercado, poxa eu pego o pouco que tem que é do nosso...nosso é...subsistência *né*, aí jogo em cima, aí compro vaso eu...eu passo a *comprá* adubo muito, passo a *comprá* areia, terra queimada que eu não tinha...caroço de açai...investi [...] quando foi no fim aí ela pegou me colocou no mercado, qual foi o mercado...o X, mas eu tinha que *tê* um promotor de venda... uma coisa que eu *tava* começando...não tinha estrutura [...] com quinze dias não tinha vendido nenhuma planta [...]

[...] quer *dizê*, tem um órgão pra me *ajudá* e ele vem me *atrapalhá*, poxa se eu tivesse pedindo alguma coisa pra eles *pô*, então aí eu sinto que eles são órgão do governo pra *incentivá* e nos *ajudá*, porque quantas vezes ela vinha aqui pra *querê* *aparecê* chegava aqui e...e... filmava a...a... minha plantação pra *levá* pra *vê*, olha isso aqui que é nosso trabalho[...] (L. F. M. 4ª série Ensino Fundamental)

A entrevista chama a atenção para um aspecto em relação às parcerias institucionais com as organizações cooperativas: o cuidado que os agentes institucionais devem ter em suas proposições. O produtor é o principal ator do processo. Ele precisa estar presente e ter conhecimento de qual o “mercado” (exemplificado no caso do produtor L. M. F.) que será oferecido a ele e se esse “mercado” o interessa. Follman (1980) ressalta que a participação deve ocorrer em todas as etapas do processo produtivo, uma vez que o empreendimento cooperativo está essencialmente fundamentado na participação do cooperado. Santos e Pereira (2001) acreditam que a participação ativa dos cooperados torna o empreendimento cooperativo competitivo e organizado, haja vista que, o objetivo fundamental desse tipo de empreendimento, segundo os autores, é a cooperação com vistas a alcançar de forma eficiente, os objetivos traçados.

A cooperativa Alfa apresenta uma ativa interação com a SAGRI. Esta secretaria, a exemplo

do SEBRAE, também viabiliza a participação da cooperativa em eventos dentro e fora do Estado, relacionados a flores e plantas ornamentais como o FRUTAL e FLOR PARÁ. Um acontecimento relevante protagonizado pela SAGRI há pouco tempo, foi à entrega do caminhão (citado anteriormente) doado pelo governo do Estado à cooperativa Alfa.

Ao iniciar esta pesquisa, junto à cooperativa Alfa, todos demonstravam uma enorme expectativa em relação à chegada do caminhão, que atualmente já está em poder da cooperativa. Descobriu-se que esse caminhão era uma reivindicação que já vinha se estendendo por quatro anos, iniciou com um ofício enviado a SAGRI depois passou por uma longa caminhada relatada pelo presidente da cooperativa.

Mas nós conseguimos...agora foi uma luta *meia* braba [...] cada um contribuiu da sua maneira, se eu for *contá* do meu bolso passagem e telefone que eu gastei, não dá nem pra *calculá* nesses quatro anos. O início foi só um ofício, pedi pro A. *fazê* um ofício e mandamos pra SAGRI, a SAGRI disse não porque não tem orçamento... voltou...que tal *fazê* um pro governador...faz que eu assino...voltou...aí pedi uma audiência com o secretário, o tempo todo eu pedia...com o Wandenkolk que era o secretário de agricultura. Sei que um dia eu consegui *marcá* e *falá* com ele [...] um projeto da Alfa junto com a EMATER, com a assinatura da EMATER [...].

[...] a luta foi pesada, mas nós conseguimos, nós Alfa, conseguimos.

[...] o vencedor não é o que fala mais alto, não é o que grita mais, não é o mais inteligente, é o mais insistente. (presidente da cooperativa Alfa em reunião na cooperativa em 07/12/2009).

Foi possível observar na fala do presidente (e também na expressão desta enquanto falava na reunião) sinais de satisfação e demonstração de poder e influência diante dos demais associados. Apesar de destacar em sua fala, a instituição e o conjunto de associados, as ações normalmente são relatadas em primeira pessoa, demonstrando, ainda que de forma implícita, os objetivos foram alcançados devido à capacidade de persuasão própria.

A cerimônia de entrega do caminhão à cooperativa pela SAGRI, contou com a presença do secretário de agricultura, representantes das demais instituições governamentais que dão apoio à entidade, bem como políticos do município de Belém e do município de Marituba. Esse fato demonstra a capacidade de articulação atingida pela instituição, com também seu fortalecimento no contexto local. É uma situação

percebida pelo presidente da entidade e explorada em sua fala, conforme comprova o relato abaixo:

[...] A cooperativa está na direção certa [...] fomos elogiados [...] Todos os projetos que a cooperativa pleiteou foram aprovados, é um mérito da instituição ‘Alfa’, é uma marca forte, boa, estamos na direção certa, a gente não pode “marcar”. (presidente da Alfa em reunião de 07/12/2008).

A relação da cooperativa Alfa com a Prefeitura Municipal de Marituba, à época da pesquisa, referia-se principalmente à viabilização de transporte pela prefeitura, para entrega da produção comercializada com os supermercados e para transportar a produção dos cooperados para feiras e eventos. Esta questão era vista como problemática pelos mesmos, pois nem sempre era possível ter o transporte no momento necessário. A chegada do caminhão resolveu este problema.

A parceria da cooperativa Alfa com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é recente. O MAPA possui o Departamento de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOOP), que tem como atribuição apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural brasileiros<sup>2</sup>. A referida organização disponibiliza assessoria técnica e apoio financeiro através de recursos não reembolsáveis, dos chamados “programas de transferências voluntárias”. Estas transferências são destinadas às cooperativas que estejam legalizadas e atendam a uma lista de exigências, segundo informações obtidas junto ao técnico do MAPA que presta acompanhamento técnico à cooperativa.

De acordo com essas informações, a parceria com a cooperativa Alfa foi motivada pela identificação com a área de interesse visualizada naquele momento pelo MAPA, a das plantas medicinais. Um dos produtores de plantas medicinais visitados pelo técnico, faz parte do quadro de associados da cooperativa. Esse produtor é o mesmo que introduziu a cultura de plantas medicinais na cooperativa.

O recurso disponível seria para empreendimentos cooperativos que desenvolvessem produção integrada envolvendo os seguintes segmentos: medicinal, hortaliças e ornamental na mesma organização, ou seja, os segmentos produtivos presentes na cooperativa Alfa. Assim sendo, o técnico do MAPA realizou uma pesquisa no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/PA), a fim de averiguar a situação cadastral da cooperativa Alfa. Ao se certificar da condição de adimplência da

---

2 Informações disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/> Acesso em: 18/08/09.

entidade, foi realizada uma reunião na cooperativa para explicitar o projeto, suas diretrizes e exigências.

A cooperativa Alfa se candidatou e foi contemplada, sendo naquele momento, a única na região norte e no Estado do Pará que preencheu as exigências. Esses recursos foram captados através de um projeto elaborado pela EMATER.

De fato, apenas um cooperado produzia plantas medicinais. O projeto para captação recurso foi destinado a esse segmento, entretanto o recurso não se destina a um produtor individualizado, e sim a organização como um todo. Assim foi constituído um grupo de produtores. Atualmente, o grupo de produtores de plantas medicinais é formado pelo produtor que iniciou essa cultura na entidade e mais quatro produtores interessados no segmento.

Com os recursos do MAPA foram viabilizados cursos<sup>3</sup> de capacitação para os cooperados tais como: Tecnologia de Manutenção e Comercialização de Plantas Medicinais, Associativismo e Cooperativismo, Boas Práticas de Plantas Medicinais e Aromáticas, Manejo e Beneficiamento de Embalagens de Plantas Medicinais. A partir dos cursos, um grupo de cooperadas voltou-se para a manipulação de medicamentos, *shampoos*, óleos de banho dentre outros cosméticos<sup>4</sup>.

Observou-se que, no caso da cooperativa Alfa, a possibilidade de obtenção de recursos através de um projeto governamental sem a obrigação de restituição ou outra forma de pagamento, despertou o interesse de cooperados por uma atividade que antes da parceria com o Ministério da Agricultura só atraía interesse de um cooperado. Resgata-se nesse contexto, a análise de Olson (1998) acerca da racionalidade presente na escolha individual pela adesão ao grupo. O autor reconhece que a participação no grupo possibilita o atendimento de interesses coletivos, todavia os interesses em benefícios individuais também impulsionam as atitudes dos participantes em grupos organizados.

Além dos cursos citados anteriormente, os recursos provenientes do projeto apresentado ao MAPA

---

3 Informações obtidas verbalmente do técnico do MAPA que apresentou o relatório técnico com as informações sobre os cursos, porém não o disponibilizou justificando ser documento interno da instituição. Durante a pesquisa de campo, os cooperados relataram a participação nos cursos, porém não souberam especificar a nomenclatura dos mesmos.

4 O grupo envolvido na manipulação de medicamentos, *shampoos* e cosméticos, expôs pela primeira vez medicamentos, produtos de higiene e cosméticos no IV FRUTAL AMAZÔNIA / IX FLOR PARÁ, ocorrido no período de 25 a 28/06/2009, no HANGAR - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, Belém /PA.

também foram utilizados para prover benfeitorias para a sede da entidade como construção do escritório, cerca, galpão, banheiro e outras benfeitorias, além de insumos necessários à atividade produtiva.

Segundo o técnico do MAPA, a aplicação dos recursos deve atender o cronograma estabelecido no plano de trabalho bem como a prestação de contas. As exigências já foram atendidas pela cooperativa, haja vista que a vigência do projeto encerrou em dezembro de 2008. Os recursos não reembolsáveis disponibilizados pelo DENACOOOP podem ser pleiteados por qualquer cooperativa desde que atenda as exigências: praticar produção integrada (medicinal, hortaliças e ornamental) e apresentar toda a documentação exigida.

Atualmente, de acordo com informações do técnico do MAPA a cooperativa Alfa está providenciando documentação para candidatar-se novamente ao recebimento do recurso não reembolsável. A entidade pode candidatar-se mais de uma vez. Na percepção do técnico, certamente a cooperativa Alfa seria contemplada novamente com recursos, dada à condição de organização legal e documental desta, fato que, para ele, representa uma condição excepcional quando comparada à situação organizacional de outras cooperativas locais que pleitearam, porém não conseguiram ser contempladas por não atenderem as exigências.

Reconhece-se o avanço da cooperativa Alfa no que se refere ao estabelecimento e fortalecimento de relações de parceria. Entretanto, observou-se que a capacidade de articulação da cooperativa concentra-se na esfera das instituições governamentais. A cooperativa ainda não percebeu a necessidade de estabelecer uma rede de relações sócio produtivas com outras organizações da sociedade civil. Esse processo de integração permite o acesso a outros benefícios<sup>5</sup> como o atendimento de demandas específicas, através do que Mance (2009) denomina de o surgimento de uma nova esfera de contrato social.

---

5 A participação em redes de relações socioprodutivas mantém em contato permanente organizações de consumo, comércio, produtos, serviços, e informação. Permite a difusão do consumo e produção em padrões ecológica e economicamente viáveis, diminuição de custos através de compras conjuntas, informações que melhorem as tecnologias do processo produtivo, dentre outras (MANCE, 2009).

## Conclusão

Um dos pressupostos da economia solidária em suas diversas vertentes, a exemplo do cooperativismo contemporâneo, é a consolidação de redes de relações socioprodutivas materializadas nas relações entre instituições do governo e demais segmentos da sociedade. Essa estratégia na visão de Evans (1997) e Kapron e Fialho (2003) é que irá permitir a ampliação dos espaços de atuação das organizações cooperativas. O contexto econômico global da atualidade apresenta um expressivo componente de interdependência entre as variadas esferas (social, política, econômica e ambiental), materializado através das relações de parceria com instituições de pesquisa do governo e da sociedade civil.

Especificamente para as organizações que praticam a economia solidária, a participação em redes de relações socioprodutivas representa um fator extremamente relevante para consolidar as organizações como iniciativas promissoras de desenvolvimento local sustentável. Isso porque, segundo Costa e Cunha (2002), a sinergia criada da interação entre as cooperativas e o ambiente político-institucional são fatores que irão proporcionar as articulações necessárias para solucionar problemas comuns.

Retomando a questão norteadora do presente artigo que era entender em que medida os fatores político-institucionais influenciam no desempenho positivo de empreendimentos caracterizados como cooperativa de pequenos produtores rurais no contexto do desenvolvimento sustentável local, a pesquisa identificou que as relações de parcerias e o estabelecimento de redes de relações socioprodutivas representam uma variável essencial para ampliação da capacidade de atuação dos empreendimentos cooperativos. A pesquisa empírica discutida neste artigo mostra que a cooperativa com maior rede de relações com atores político-institucionais (Alfa) apresenta maiores e mais duradouros resultados.

Quando as relações de parceria acontecem com poucos e temporários parceiros, particularmente em um contexto que os cooperados não são efetivamente envolvidos no processo de gestão, a cooperativa acaba tendo uma relação de dependência dos parceiros. Isto foi o que demonstrou a experiência da cooperativa Beta que é extremamente dependente do Programa que a organizou.

Para que a cooperativa atue enquanto uma organização que contribua para o desenvolvimento

local sustentável, é necessário ultrapassar a barreira de relações políticas. É preciso que as cooperativas se relacionem com outras entidades para que alcancem a esfera institucional e proponham ao Estado políticas e ações públicas para um projeto integrado de desenvolvimento.

O contexto econômico das duas realidades estudadas sobre a Amazônia Paraense demonstra que a sinergia entre cooperativismo e desenvolvimento local sustentável alia-se estrategicamente a capacidade dos indivíduos estabelecerem parcerias no âmbito político-institucional.

### **Referências**

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; BARRETO, Rêivan de Castro S.; CIRINO, Carlos da Silva. Uma análise comparativa entre três cooperativas rurais: condicionantes psicossociais de influência no seu êxito ou fracasso. **Coletâneas da ANPEPP**, Porto Alegre - RS, v.1, n.1, p. 1-20, 1998.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e Desenvolvimento: O Papel das Cooperativas no Processo de Desenvolvimento Econômico nos Países de Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Assocene, 1980.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e perspectivas do cooperativismo**. In: I Workshop Internacional de Tendências do Cooperativismo, PENZA/FUNDACE/FEARP-USP, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP de Ribeirão Preto, p. 17-35, Nov.1998.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável** – Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COSTA, Frederico Lustosa da; CUNHA, Augusto Paulo G. **Pensar o desenvolvimento a partir do local**. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal, 8-11, out/2002.

ESMAN, M.; UPHOFF, N. **Local Organizations: intermediaries in rural development**. Cornell: Cornell University, 1984.

EVANS, Peter. **State-Society Synergy: government and social capital in development**. Berkeley: University of California, 1997.

FARIA, Maria Vilma Coelho Moreira; VIDAL, Francisco A. B.; FARIAS, Iracema Q. **Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do grande Bom Jardim**. In: IV encontro de pós-graduação e pesquisa da Unifor, Fortaleza, Não paginado. [2004].

FOLLMAN, J. I. Participação cooperativa e mudança social. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo/RS, v.10, n.27, p.23-32, 1980.

GIMENES, Régio M. T; GIMENES, Fátima M. P. Desafios para a Gestão Financeira das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras. **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 76-98. Jan./Jun. 2008.

KAPRON, Sérgio; FIALHO, Ana Lúcia. **Políticas Públicas para a Economia Solidária**. In: A outra economia. CATTANI, Antonio David (Org). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KRISHNA, Anirudh *et al.* **Reasons for Hope: instructive experiences in rural development**. New Delhi: Vistaar Publications, 1997.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**; tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean L.; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (Coord). São Paulo: Almedina, 2009.

MCQUAID, R. W. The theory of Partnership: why have partnerships? In: OSBORNE, S. P. (Org.). **Public-Private Partnership: theory and practice in international development**. Routledge: London, 2000.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Oeiras, Celta Editora, 1998.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIGO, Ariadne S. Profissionalização da gestão e autogestão: Um estudo dos problemas que ocasionaram a dissolução das cooperativas agrícolas dos perímetros irrigados no vale do Rio São Francisco. In: **Economia solidária e Desenvolvimento Sustentável: Resultados da atuação do NESol no Bico do Papagaio/TO**. CANÇADO, A. C.; FINCO, M. V. A.; FINCO, F. D. B. A.; CANÇADO, A.C.M.G. (Org.) Goiânia: Grafset, 2009.

SANTOS, Antonio Carlos dos S.; PEREIRA, Viviane S. **Participação das Cooperativas no seu Mercado de Ação e dos seus Cooperados nas Reuniões, Assembléias e Palestras: uma análise das cooperativas de leite e café de Minas Gerais**. In: I Jornada Científica do Centro-Oeste de Economia e Administração. Campo Grande-MS, 2001.

SCHNEIDER, José Odelso. **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Instituto Humanitas, UNISINOS/RS, 2004 (Paper).

SCHULZE, Edgar. Estrutura do Poder em Cooperativas. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo/RS, v.22, n. 59. Gráfica Universitária do Vale do Rio dos Sinos. Jun./ Dez. 1987.

SERRA, R. M. (Org.) **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 2 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: **A outra economia**. CATTANI, Antonio David (Org). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

TAUILE, José R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 107-122, jan-jun. 2002.

UPHOFF, Norman *et al.* **Local Institutional Development: an analytical sourcebook with cases**. West Hartford: Kumarian Press, 1986.

UPHOFF, Norman *et al.* **Reasons for Success: learning from instructive experiences in rural development**. New Delhi: Vistaar Publications, 1998

VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; VASCONCELLOS Sobrinho, Mário. **Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade: um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcarena e Igarapé Miri**. Belém: UNAMA/FIDESIA, 2007.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Partnership for Local Development: the relationship between local organisations and government in two áreas of North-east Pará, Amazonia, Brazil**. VDM: Saarbrucken, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADEPARÁ	Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo e Associativismo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
UFPA	Universidade Federal do Pará